



MUNICÍPIO DE CUBA ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ATA N.º 01 - EXTRAORDINÁRIA

10-11-2017

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Cuba, pelas vinte e uma horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cuba, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

PONTO ÚNICO DA ORDEM DO DIA:-----

- O ESTADO ATUAL DA LINHA FERROVIÁRIA QUE LIGA CUBA À CAPITAL DO PAÍS. NECESSIDADE DE SEREM ADOTADAS MEDIDAS QUE IMPEÇAM A DEGRADAÇÃO TOTAL DO SERVIÇO.-----

O Presidente da Mesa solicitou que fosse efetuada a chamada para que se pudesse aferir da presença dos deputados e da existência de quórum para o funcionamento da Assembleia.

Registou-se que estiveram presentes nesta sessão os seguintes membros:-----

- João Duarte Oliveira Brito Palma;-----
- Carlos José Maltez Almeida;-----
- Sandra Manuela Figueira Heleno Serrano;-----
- Maria Teresa Horta Pendilhas Calado;-----
- José Francisco Ribeiro Roque;-----
- Maria Julieta Zambujeiro Burriga Caniço;-----
- Francisca Augusta L. Bicho de Arbués Moreira;-----
- Luís Maria Cardeira Santa Rita;-----
- Hugo Manuel Machado Dionísio;-----
- Milene Leonor Cadeireiro Cardoso;-----
- João Carlos Segurado Leirão;-----
- Maria Joaquina Maltez Salgueiro;-----
- José António Cardeira Machado;-----
- Filipe Domingos Candeias Chora;-----
- José Alberto Lança Pacheco;-----
- Raul Manuel Viana Amaro.-----

Faltaram a esta sessão os seguintes deputados:-----

- José António Rocha Cabrita;-----
- Luís António Botecas Varela-----
- André Chaveiro Vargas.-----



Estiveram também presentes nesta sessão os seguintes membros do Órgão Executivo:-----

Presidente da Câmara - João Manuel Casaca Português;-----

Vice-Presidente da Câmara - Francisco Xavier Candeias Fitas;-----

Vereadora - Noémia Ermelinda Rocha Fragoso;-----

Vereador em Regime de Não Permanência- Luís José de Brito Camacho Barriga;-----

Vereadora em Regime de Não Permanência - Maria Jacinta Cardoso Grilo.-----

Verificou-se existir quórum para a realização da sessão pelo que o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos.-----

A título prévio e antes que se entrasse na Ordem de Trabalhos, uma vez que a deputada municipal **SANDRA MANUELA FIGUEIRA HELENO SERRANO**, casada, de 39 anos de idade, Enfermeira Especialista, residente na Rua António Luis Fialho, nº 5, em Cuba, portadora do Cartão de Cidadão nº 11289960, válido até 20/01/2018, eleita pela Coligação Democrática Unitária – PCP-PEV, **havia faltado justificadamente ao ato de instalação do órgão deliberativo que teve lugar no passado dia 20 de outubro de 2017, o Presidente da Assembleia Municipal**, dando cumprimento ao estipulado no artigo quarenta e quatro, número três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, mil novecentos e noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação da Lei número cinco hífen A, barra, dois mil e dois, de onze de janeiro, **deu posse à deputada em causa**, momento que ficou registado também em ata avulsa e a partir da qual a mesma ficou legitimada a intervir em todos os trabalhos.-----

Usou da palavra em primeiro lugar o **Presidente da Assembleia Municipal, Eng.º João Sales**, que contextualizou o porquê da sessão extraordinária, referindo como decorreriam os trabalhos neste tipo de sessões, em regra com um ponto único, clarificando que a presente sessão da Assembleia Municipal havia sido convocada para se abordar o estado atual da linha ferroviária que liga CUBA à capital do país e a necessidade de serem adotadas medidas que impeçam a degradação total do serviço.-----

A deputada Milene Leonor Cadeireiro Cardoso procedeu à leitura da moção apresentada pelo grupo de deputados da CDU sobre o assunto em debate, documento que desde já ficou apenso à ata em minuta e que agora aqui é integralmente transcrita:-----

-----MOÇÃO-----

**“O ESTADO ACTUAL DA LINHA FERROVIÁRIA QUE LIGA CUBA Á CAPITAL DO PAÍS.
NECESSIDADE DE SEREM ADOPTADAS MEDIDAS QUE IMPEÇAM
A DEGRADAÇÃO TOTAL DO SERVIÇO”**

----- (Apresentada pelos Deputados da CDU) -----

A ligação ferroviária no concelho de Cuba iniciou em 1864 com a ligação da cidade de Beja ao Barreiro.-----

É inegável a importância e o impacto que esta infra-estrutura teve na vila de Cuba, quer a nível socioeconómico, mas também de modernidade, ao permitir a ligação entre centros urbanos, ao permitir o transporte de pessoas e mercadorias de forma rápida, cómoda, segura e com custos de transporte menores.-----

O impacto da ferrovia em Cuba foi de tal forma positivo que a história e a identidade do concelho se fundem com a história e o historial do transporte ferroviário. -----



Considerando que os eleitos na Assembleia Municipal de Cuba têm tomado ao longo dos seus mandatos anteriores uma posição clara em defesa do restabelecimento do serviço directo Intercidades Beja-Lisboa-Beja, da modernização e electrificação da linha e, de um modo geral, da melhoria das ligações ferroviárias na região.-----

Considerando a importância do investimento público para o desenvolvimento da economia das regiões e, consequentemente do país, competindo neste âmbito ao Governo promover a valorização da linha do Alentejo e impulsionar a continuidade da ferrovia no Baixo Alentejo fomentando o desenvolvimento económico da região através da utilização do comboio, não apenas como meio de transporte de passageiros - para o trabalho, para a escola, para lazer ou para turismo - mas também para transporte de mercadorias, pois é o transporte terrestre mais seguro mas também aquele cujo custo de transporte é mais baixo.-----

Considerando que, além do desenvolvimento económico, a natureza também "lucra/beneficia" com a utilização do comboio movido a electricidade, porque este consome menos recursos e é menos poluente, reduzindo o impacto ambiental (a emissão de gases com efeito de estufa - CO e CO₂ é cerca de dez vezes inferior ao do transporte rodoviário) e simultaneamente contribuindo para a redução da dependência energética nacional.-----

Considerando os recentes investimentos públicos realizados na construção do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva e na construção do Aeroporto de Beja e a necessidade do seu pleno aproveitamento.-----

Considerando que, um regular serviço de transporte ferroviário na linha do Alentejo favorece uma ação no campo socioeconómico, uma vez que nas localidades de Beja, Cuba, Alvito e Vila Nova da Baronia, existem pessoas que diariamente utilizam este meio de transporte nas suas deslocações para o trabalho, para a escola, para consultas médicas ou para tratar de quaisquer outros assuntos. Estando assim a qualidade de vida destas populações intrinsecamente associada à qualidade da sua mobilidade, pelo que neste contexto, a ferrovia desempenha um papel primordial trazendo muitos benefícios para as localidades por onde passa.-----

Considerando que, esta infra-estrutura é por excelência a que permite uma maior coesão territorial.-----

Considerando que, um comboio possui maior capacidade de carga (mercadorias e passageiros), em relação aos restantes transportes rodoviários e aéreos.-----

Considerando que, a modernização e requalificação da linha do Baixo Alentejo é necessária e urgente para a região, pois o uso do comboio: -----

- permite viagens rápidas; descongessa as vias rodoviárias; é mais seguro; é mais cómodo; possui um custo operacional e de manutenção baixos, em relação à quantidade de carga que transporta (pessoas e mercadorias); e é mais económico;-----

Considerando ainda que, os utentes servidos pela linha do Alentejo merecem um transporte ferroviário adequado ao séc. XXI.-----

A Assembleia Municipal de Cuba reunida em sessão extraordinária decide:-----

1. Alertar para a necessidade da consignação, desde já, de verbas para a qualificação do troço da linha Beja/Casa Branca, nomeadamente através da eletrificação deste percurso, bem como o comprometimento quanto à calendarização e previsão das referidas melhorias.-----
2. Exigir ao Governo que contribua para um desenvolvimento global do Baixo Alentejo e para uma melhoria sustentável e duradoura das condições de mobilidade das nossas populações.---
3. Em caso de ausência de resposta, ou de o Governo confirmar a intenção de encerrar a linha, convocar as populações, os empresários e as suas estruturas associativas para, em conjunto, se encontrarem formas de oposição a esta grave agressão ao desenvolvimento da região e ao bem-estar das suas populações.-----

4. Dar conhecimento à comunicação social, a todos os órgãos de soberania, às associações empresariais e à população.-----

A Assembleia Municipal de Cuba, 10 de novembro de 2017.-----



Terminada a leitura da moção, o Presidente da Assembleia Municipal cedeu a palavra aos deputados de ambas as bancadas para efeitos de apreciação e posterior votação do documento que havia sido apresentado.-----

Registaram-se vinte e oito intervenções, identificando-se em baixo os seus autores, sendo que nenhum deles usou da prerrogativa de ditar para a ata, pelo que em sede de ata final a sua intervenção será transposta por excerto, na terceira pessoa, sob pena do texto final ficar deturpado em termos de adequado registo das frases no que concerne à articulação gramatical das mesmas, respeitando-se o sujeito, predicado e complemento direto. Na eventualidade de alguma dúvida sobre as referidas intervenções, existirá a possibilidade de solicitar a transcrição integral excecional, recorrendo-se para o efeito ao registo áudio, sendo neste caso da responsabilidade integral do interveniente a totalidade do teor das frases posteriormente transcritas.-----

- **Intervenção 1** – deputado municipal do PS, **Carlos Almeida**: Usou da palavra para propor que, atendendo ao facto das duas moções irem no mesmo sentido, deveria optar-se por ler uma e depois a outra, e no fim tentar conseguir chegar a um consenso quanto à apresentação de um texto único que reflectisse a preocupação das duas bancadas, logo, da Assembleia Municipal de Cuba.-----

- **Intervenção 2** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: Interveio para afirmar que, em sua opinião, a Assembleia deveria demonstrar união num assunto que é do interesse de todos, daí vir reforçar a ideia de que a existência de um documento único daria uma maior força à posição que a Assembleia Municipal vier a tomar sobre este assunto.-----

- **Intervenção 3** – deputado municipal do PS, **Luis Santa Rita**: pediu a palavra para manifestar a concordância com os seus colegas de bancada, registando que ao criar-se uma moção única a mesma teria mais força junto das autoridades competentes, nomeadamente do governo, e até da própria CP;-----

- **Intervenção 4** – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Interveio para comunicar aos deputados que iriam manter-se as duas moções como inicialmente preconizado, reforçando mesmo que a apreciarem-se as duas moções, na eventualidade das duas serem aprovadas por unanimidade, causará muito mais impacto seria e essa solução será sempre preferível a estar-se a contextualizar as duas moções, retirando e alterando parágrafos das mesmas que poderão desvirtuar o seu sentido inicial, razão pela qual os trabalhos irão avançar com a apresentação, discussão e votação de cada uma das moções de forma isolada;-----

- **Intervenção 5** – deputado municipal do PS, **Luis Santa Rita**: Voltou a usar da palavra para registar que respeita a decisão do Presidente da Mesa de existir a discussão e votação das duas moções embora a sua posição fosse outra, como já atrás havia manifestado.----- Nesse contexto, e apreciando então a moção que foi apresentada pelo grupo de deputados da CDU, julga que devem ser colocadas duas questões: uma primeira relacionada com o facto



da moção consagrar a expressão “consignação desde já” o que, não sua opinião, não faz qualquer sentido, porque este, ou qualquer outro governo, não poderá resolver o assunto desde já. Por um lado por falta de dinheiro para o efeito. Constatou que o atual quadro comunitário não consagra este projeto e só uma reformulação do mesmo poderá viabilizar esta pretensão. Reforçou a sua posição alegando que o próprio Partido Comunista enquanto parceiro da coligação que governa o país, em sede da discussão do Orçamento Geral do Estado não fez essa exigência para que o projeto ficasse criado, sob pena de não viabilizar a sua aprovação.-----

A outra questão prendeu-se com o ponto três da moção quando nela é utilizada a expressão “confirmar”. Segundo a sua opinião para se confirmar algo terá que ter havido uma conversa prévia em determinado sentido, e de acordo com os factos que são conhecidos não houve da parte de nenhum membro do governo a afirmação de que iria ser encerrada a linha. Por estas razões entendeu apelar à sintonia nesta matéria, porquanto é sabido que numa situação destas CUBA sozinha não vai conseguir dar a volta à questão visando a sua resolução, motivo pelo qual entende que devem ser congregadas o maior número de entidades e forças para lutar por uma causa que é comum.-----

- Intervenção 6 – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Entendeu o Presidente esclarecer que o ponto três da moção apresentada pela CDU visa reforçar a pretensão, em caso de ausência de resposta do governo e, no caso do governo manifestar a intenção de encerrar a linha. Em resposta ao deputado Luis Santa Rita, entendeu deixar registado que o Partido Comunista Português tem um acordo com o Partido Socialista numa série de pontos. Reforçou que, uma coisa é o Plano de Transportes, da competência do governo, outra bem distinta é a Assembleia da República. No entanto, o facto do deputado ter falado na Assembleia da República ainda vem dar mais força à necessidade de realização desta assembleia municipal extraordinária.-----

Das notícias que vieram a público o que foi veiculado é que o Ministro disse que iria consignar verbas para a aquisição de automotoras para as linhas, salvo erro, do Tâmega, Oeste, Cascais e Alentejo. Ora, na sua opinião, das oito composições poderá vir para o Alentejo uma, e mesmo essa só vem em 2019. Alegou que não ficaria satisfeito com uma automotora, que isso não é solução e essa mensagem deve passar a quem de direito.-----

Ainda a propósito da eletrificação da linha, recordou que essa exigência há muito que vem sendo feita e já em 2011 chegou a esta mesma Assembleia Municipal uma proposta dos deputados da CDU sobre o assunto. Registou que os interesses de CUBA devem estar à frente de todos os partidos, reforçando ainda que a impossibilidade de se consignarem verbas ainda neste orçamento é muito discutível e deu exemplo de que assim é com o flagelo dos incêndios no verão, em que acabou por se arranjar as verbas necessárias. Porque não se conseguirá colocar os vinte milhões de euros necessários à eletrificação da linha Beja/Casa Branca no orçamento se foi possível arranjar quatrocentos milhões para a linha Sines/Caia, interrogou-se. Recordou que a missão principal dos deputados será a defesa dos interesses do concelho de Cuba, mencionando o facto dos sucessivos governos não olharem para nós como olham para as pessoas de Lisboa.-----

Ainda sobre a eletrificação da linha constatou que a média prazo isso será uma inevitabilidade, caso contrário com a supressão das composições a “diesel” será exigido o seu encerramento, isto tudo em face dos compromissos internacionais assumidos na área do Ambiente, tendo contextualizado esta sua posição com os resultados da cimeira ocorrida em Berlim visando a ratificação do Tratado de Paris.-----

Manifestou o seu desagrado com toda esta situação afirmando que, enquanto CUBENSE, sabe-lhe a pouco a entrega de uma composição, deve pelo contrário ser efetuada a exigência

de eletrificação da linha.-----



- **Intervenção 7** – deputado municipal do PS, **Carlos Almeida**: Fez uso da palavra para dizer que, concorda de forma global com o Presidente da Assembleia, especialmente no que diz respeito aos interesses do município, logo aos interesses do concelho. No entanto, até pelo esforço que a autarquia teve que efetuar com os custos desta sessão, entende realçar que não é a eletrificação da linha que está aqui em causa, pois se fosse esta sessão da assembleia deveria ter ocorrido antes da aprovação do Orçamento de Estado. Segundo o deputado o que motivou a realização desta sessão da Assembleia foi a degradação acentuada que se tem vindo a assistir nas condições de utilização da linha nos últimos tempos, o que motivou diversas reacções dos utilizadores, das populações em geral, refletidas nos mais variados meios de comunicação social. Afirmou que todos nós percebemos que a eletrificação da linha é uma exigência que efetuámos e devemos continuar a efetuar. Não obstante isso, importa levar em linha de conta que o governo investiu sessenta milhões de euros no reforço das infraestruturas e equipamentos existentes e isso há que ser reconhecido.-----
Registou que estamos aqui para defender os interesses do concelho, mas nesta questão da linha não devemos ser nós, ou melhor, não devemos ser nós, sozinhos. Defende que deverá existir uma posição concertada, nomeadamente ao nível dos utilizadores, das diversas populações abrangidas pela linha, pelos seus representantes, nomeadamente ao nível da CIMBAL, de alguém que tenha mais força que nós sozinhos na Assembleia Municipal de Cuba. Entendeu então afirmar que concorda com a moção de forma global, mas regista que o que está escrito é que o governo já manifestou o interesse de fechar a linha, ora e isso não é verdade. Lembrou ao Presidente da Assembleia e demais presentes que enquanto houve governos do PS não foi fechado um metro de linha férrea e assim continuará a ser, não sendo esta linha exceção.-----

- **Intervenção 8** – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Interveio para voltar a frisar o motivo da convocação da sessão extraordinária que assentou em concreto na degradação das condições da linha que se registaram na linha desde as eleições autárquicas até agora. Já em relação aos sessenta milhões, invocados pelo deputado Carlos Almeida, que vieram a título extraordinário, regista que afinal é possível arranjar dinheiro. Na sua opinião, parece que o deputado Carlos Almeida está a defender os interesses do governo em vez de defender os interesses do concelho.-----
Sobre a metodologia preconizada para efetuar a defesa das reivindicações agora apresentadas defende que alguém tem que avançar, dar o primeiro passo, caso contrário se voltarmos a esperar pelas convergências e posições concertadas corremos o risco de ocorrer algo similar com o que aconteceu com o movimento do CANTE ALENTEJANO. Julgou oportuno destrinçar o papel levado a cabo por alguns movimentos de cidadãos, nomeadamente o BEJA MERECE +, mas o papel da Assembleia é outro, de carácter institucional e não dever ser confundido.-----

- **Intervenção 9** – deputada municipal do PS, **Julieta Caniço**: Interveio para referir duas coisas. A primeira registando que a degradação da linha Cuba/Beja, não ocorreu apenas desde 01 de outubro, já se vem degradando há muitos, muitos meses. E nesse período enquanto cidadã, ela e outras pessoas, efectuaram várias diligências junto de quem de direito para tentar encontrar uma solução para o problema.-----
Registou a legitimidade e mais-valia da moção da Assembleia que terá outra força que não terá a de outros movimentos. No entanto, entendeu registar que vir agora exigir “desde já” uma coisa que não é possível não lhe parece correto, e também não lhe parece que essa seja



essa a melhor defesa dos interesses da população de Cuba. Em sua opinião, defende-se os interesses do concelho de Cuba quando somos responsáveis politicamente.-----

Afirmou defender os interesses de Cuba e do Baixo Alentejo, mas não poder exigir a eletrificação da linha quando esse projeto não foi consagrado nos quadros comunitários, lembrando no entanto que essa diligência já havia sido efetuada para o ano de 2017, e deveria voltar a tentar-se novamente este ano, uma vez que, com o é consabido, os quadros comunitários estão em reprogramação.-----

A segunda situação prende-se com o facto de nunca ter sido colocado pelo governo que a linha ia fechar. O que estava em causa era a supressão de alguns comboios e a sua substituição por autocarros, que realizariam os mesmos percursos.-----

- Intervenção 10 – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Terminada a intervenção da deputada supracitada, o Presidente da Assembleia chamou a si a palavra para, a propósito desta temática, recomendar a leitura de um estudo disponível no site da Ordem dos Engenheiros sobre o desinvestimento que tem sido feito nas linhas de ferrovia do país e, em simultâneo, o aumento da despesa. Esta situação consubstancia uma incoerência e uma contradição, pois cada vez que se fecha um troço de linha aumenta-se a despesa. Em sua opinião, a exemplo do que ocorre noutros países, a aposta deve ser feita no transporte de pessoas e bens e não no encerramento de linhas. Abordou também a questão das assimetrias entre o litoral e o interior, quer na linha ferroviária, quer na rede viária, pelo que devemos exigir que a situação seja alterada e não resignarmos com a situação existente. Alertou ainda para os elevados custos das remunerações das Administrações da REFER e da CP sem que isso se traduza na melhoria dos serviços, antes reflectindo a falta de qualidade dos mesmos.-----

- Intervenção 11 – deputado municipal do PS, **Luís Santa Rita**: Fez uso da palavra para frisar o que a deputada Julieta Caniço havia dito. Registou em relação ao Presidente da Assembleia que estavam de acordo no problema, por isso mesmo entende que o combate deve ser feito em conjunto. Aliás, não só na Ferrovia, mas também no Aeroporto e na Auto-Estrada que deve vir até Beja. Salientou que o governo PSD/CDS uma vez chegado ao poder mandou parar todas as obras em curso, enquanto com a entrada em funções do atual governo PS, apoiado pelo PCP, a obra já está quase concluída até perto de Ferreira e está convicto que chegará até Beja. Aproveitou o ensejo para reforçar que não concorda com o Presidente da Assembleia quando este afirma que os deputados do PS parecem estar a defender mais os interesses do governo que os interesses de Cuba e diz que isso não é correto, e até é ofensivo para os deputados que aqui estão.-----

Considera que deve ser efetuado o reconhecimento que tem sido feito um esforço para inverter o rumo que o anterior governo havia traçado. Clarificou que enquanto deputado havia sido eleito pelo PS e que estava em representação do PS, mas que antes do PS está a CUBA.-----

Voltou a referir que a sua bancada não pode concordar com a expressão da moção “alterar desde já”, pois isso não é possível. Por outro lado, a expressão “confirmar se vai encerrar a linha ou não” também não lhe parece correto, pois o governo nunca disse isso antes, bem Realçou que concorda que a eletrificação da linha tem que ser efetuada, mas deve haver prioridades e segundo afirma a prioridade é pôr o comboio a andar. Reforçou a necessidade desta reivindicação ser feita em conjunto com as outras forças da região com interesse neste assunto, nomeadamente a CIMBAL.-----

- **Intervenção 12** – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Antes de dar a palavra à deputada Teresa Calado, entendeu esclarecer o seguinte: "O Sr. Santa Rita já o fez aqui, já justificou que o governo não pode gastar o dinheiro, mas o Sr. Santa Rita não faz parte do governo, nós temos, nós devemos, reivindicar esta exigência."

- **Intervenção 13** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: Disse que ia usar da palavra para efetuar um parágrafo muito rápido. Frisou que ficou com pena que não tivessem sido lidas as suas moções porque, em sua opinião, muito mais é o que nos une que aquilo que nos separa. Constatou que apenas existem duas pequenas coisas, duas frases, que levam a bancada do PS a discordar da moção. Uma é o "desde já", julgando que se poderá encontrar outra forma de pressionar o governo que seja consensual entre as duas bancadas. A outra, é no ponto três no que diz respeito à expressão "o governo confirmar que vai encerrar a linha". São pois, meia dúzia de palavras o que nos separa, alegou a deputada.

- **Intervenção 14** – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Voltou a usar da palavra para completar o raciocínio que havia iniciado na intervenção anterior e que se prende com as Comunidades Intermunicipais, uma vez que o deputado Luis Santa Rita fala da CIMBAL. Informou que os membros desse organismo ainda não tomaram posse. Mas manifestou, ainda que frisando tratar-se de uma opinião pessoal, que as comunidades intermunicipais estão num patamar intermédio entre a Administração Central e a Administração Local e essa figura nem sequer está consagrada na constituição da República Portuguesa, pelo que lhe causa sérias reservas a existência e atuação deste poder intermédio que não é legitimado pelo sufrágio das populações.

- **Intervenção 15** – deputado municipal da CDU, **José Roque**: Iniciou a sua intervenção desejando as boas noites a todos os presentes. Informou que em face do desenrolar dos trabalhos não poderia deixar de intervir pois estava a ficar confuso com a ambiguidade do discurso da bancada do Partido Socialista, registando que, por momentos, não sabia se estava na Assembleia Municipal de Cuba ou na Assembleia da República. Constatou a razão que assistia ao Presidente da Assembleia Municipal quando defendeu a votação das duas moções em separado pois existem tantas ambiguidades, tantas diferenças, tantas exigências que defender outra posição que não a votação em separado não faz sentido. Justificou o porquê da expressão "desde já" com o fundamento que já havia sido introduzido anteriormente na discussão, constatando que foi possível libertar verbas para a ligação Sines/Caia, bem como para o flagelo dos incêndios no verão passado, pois porque não será para este assunto? Registou que exigir é uma competência da Assembleia Municipal e que os deputados não estavam ali para defender o governo, mas sim para exigir do governo. Essa exigência não deve ficar condicionada seja pelo que for, independentemente de ser um governo do PS, com os contributos que já aqui foram mencionados, isso em nada limita a nossa capacidade de acção, defendeu. Defendeu pois que o "desde já" se justifica, assim como o "confirmar", tendo terminado esta sua intervenção com a constatação de que faz todo o sentido votar as duas moções separadamente.

- **Intervenção 16** – deputada municipal da CDU, **Milene Cardoso**: Começou por constatar que tinha ouvido no decorrer dos trabalhos a referência à importância para o concelho e para a região do Aeroporto de Beja e da Auto-Estrada, que também ela partilha, mas lamenta que pareça indiciar que a eletrificação da linha do Alentejo não o seja, pois é esse o assunto que hoje está aqui especificamente em debate e não outro. Sobre a autoria da iniciativa, escutando os argumentos de quem defende que esta deve ser uma iniciativa do Alentejo, recorda que foi Cuba quem tomou a iniciativa, porque é Cuba que tem a estação de comboio.



Abordou as diferenças e as similitudes entre uma moção e outra e registou que, na sua opinião, é essencialmente uma questão de sinónimos, porque o “desde já” da moção da CDU é o equivalente à expressão “com a maior rapidez” da moção do PS.-----

- **Intervenção 17** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: A deputada afirmou que corroborava aquilo que a deputado Milene disse e que com a expressão “desde já” pretende-se alcançar objetivo idêntico àquele que resulta da expressão “maior rapidez”, razão pela qual julga que se poderá chegar a um consenso quanto ao teor da moção.-----

- **Intervenção 18** – deputada municipal da CDU, **Milene Cardoso**: Interveio para afirmar que concorda com o deputado José Roque quando este alega que há diferenças entre as moções, existem algumas semelhanças, mas depois há as discordâncias e são essas que nos fazem divergir.-----

- **Intervenção 19** – deputado municipal do PS, **Carlos Almeida**: Usou da palavra para relembrar que ainda não estava em discussão a moção do PS. As diferenças pelas quais se estão a bater visam a reposição da verdade e não a defesa do governo A ou do governo B. Reforça que ninguém mencionou o fecho da linha, antes pelo contrário, foi enunciado um investimento de 60 milhões de euros na linha em causa e, segundo afirma, ninguém investe numa infraestrutura para a seguir a encerrar e o que diz na moção da CDU é “confirmar que linha vai encerrar”, a divergência é só essa porque essa afirmação não corresponde à verdade.-----

- **Intervenção 20** – deputado municipal da CDU, **Hugo Dionísio**: Tomou a palavra o deputado, depois da devida anuência do presidente da mesa, para se interrogar perante a bancada do PS sobre a afirmação de que não havia dinheiro, invocando um Relatório de Gestão da Infraestruturas de Portugal, IP. Que tina ali em seu poder, tendo enunciado o que dele constava sobre o objeto daquela entidade, reforçando a sua missão de defesa e salvaguarda do interesse público a que estavam vinculados, efetuando depois referência ao facto daquela entidade gastar anualmente em remunerações dos membros do Conselho de Administração 600 mil euros, o que torna difícil utilizar o argumento de que não há dinheiro, há e parte dele é canalizado para pessoas que nem sequer cumprem os objetivos do organismo, tendo uma atuação deficitária, onde fica evidente não cumprem os deveres de serviço público para os quais são remunerados.-----

- **Intervenção 21** – deputada municipal da CDU, **Francisca Bicho**: Interveio para referenciar o facto de que havia sido dito, tanto por uma bancada como por outra, que seria vantajoso saírem dos trabalhos duas moções devidamente votadas, dando-lhe assim mais força do que se fosse apenas uma moção a ser votada. Neste contexto, sugeriu que se tentasse conseguir com poucas reformulações que não alterassem o sentido do que se está a prosseguir, encontrar uma solução, visto que a diferença é, de facto, muito pequena. ----- Justificou que há muito anos que utiliza, com regularidade, o comboio por questões pessoais e profissionais, razão pela qual está bem a par das problemáticas que estão em discussão.----- Em sua opinião a discussão da eletrificação da linha não deve ser efetuada à margem da discussão da rentabilização do Aeroporto de Beja, nas suas diversas valências, a as exigências devem ser conjuntas porquanto será difícil pensar que o governo cederá à pretensão de eletrificar a linha só pelos passageiros que circulam entre Beja e Cuba. Por esta razão propunha até que se fizesse em ambas as moções uma maior pressão à entrada em funcionamento do Aeroporto de Beja-----



Por outro lado, e na sua opinião, as moções deveriam ter um alcance mais abrangente, pelo que entendeu manifestar o facto de que esta questão deve também assar pela CIMBAL, que até tem uma nova configuração em resultado do último ato eleitoral autárquico, devendo portanto solicitar-se à maioria na CIMBAL que faça sentir ao governo, que é da mesma força partidária, a necessidade em se resolver esta questão.-----

- **Intervenção 22** – deputado municipal do PS, **Luis Santa Rita**: Interveio só para enfatizar o facto de que as palavras da deputada Francisca Bicho vão de encontro ao que estão a defender, estão pois em acordo, existindo uma convergência de pontos de vista. O que a deputada disse é a realidade e é isso que se passa.-----

- **Intervenção 23** – Presidente da Câmara Municipal, **João Português**: Nesta altura o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara, João Português, que a havia solicitado para prestar alguns esclarecimentos. Começou por desejar as boas noites aos presentes e uma vez que se tratava da primeira reunião deste órgão após o ato eleitoral, aproveitou para desejar a todos os deputados um bom mandato e deixou os votos de que o trabalho que venham a realizar seja profícuo para o concelho de Cuba. De seguida, congratulou o Presidente da Assembleia Municipal pela oportunidade e pertinência da marcação desta sessão extraordinária em função da grande importância do assunto para o concelho de Cuba. Mencionou o facto do comboio como meio de transporte quer de passageiros, quer de mercadorias, ter uma relevância estruturante para o concelho em função da sua localização em relação à linha de caminho-de-ferro que o serve.-----
Relembrou que a eletrificação da linha é um assunto recorrente, em que os órgãos autárquicos ao longo dos últimos anos têm efetuado diversos esforços no sentido de sensibilizar para a resolução do problema. Na sua opinião, o que se deve exigir é a eletrificação da linha, pois estaremos falara apenas de cerca de 60 quilómetros, e não da recuperação do material circulante, pois isso pouco ou nada vai resolver, importa lembrar que houve muitas ligações que foram suprimidas com grandes constrangimentos para os utilizadores locais e regionais deste meio de transporte. Recordou que a CIMBAL já em 2015 havia tido uma reunião com os membros do governo com competência nesta matéria, e na qual esteve presente enquanto Presidente da Câmara Municipal de Cuba, onde foi solicitada a eletrificação da linha. Constatou que dessa reunião nada saiu, pois a linha não foi electrificada e as composições não foram melhoradas. Mencionou o facto de, em abril de 2017, ter sido aprovada uma Resolução da Assembleia da República que recomendava ao governo a resolução desta questão e até agora nada foi feito. Razão pela qual se interrogou o que motiva o governo a vir agora apresentar estas medidas, será que foi o programa de televisão que todos têm presente, para o qual os presidentes de câmara não foram convidados. Afirmou que, nesta matéria o governo ignorou as câmaras. A posição que foi tornada pública pelo membro do governo com competência nesta área vai no sentido de ser orçamentado em 2018 a aquisição de oito composições, automotoras bi-modo, a distribuir pelo Douro, Oeste e Alentejo. Se vier alguma para o Alentejo, situação que espera vir a ocorrer, sendo uma e apenas uma quantas ligações irá assegurar, questionou.-----
Alertou para o facto do Sr. Ministro ter falado num concurso público internacional, processo moroso e complexo, que a correr bem implicará apenas podermos dispor dos equipamentos lá para 2020/2021. Segundo afirmam, neste momento não há dinheiro para nada, mas neste mesmo momento está a decorrer o processo de eletrificação da linhas da Beira Baixa e da linha do Algarve. Para esses há dinheiro, para o Alentejo não, constatou.-----
Interrogou os presentes se a questão é vamos exigir o impossível? Não, vamos exigir aquilo que faz falta à população, argumentou. Deu depois o exemplo do ramal de Moura, em que



primeiro forem sendo criadas as condições para a sua degradação e depois o encerramento.-----

Alegou que é preciso pressionar o governo porque as pessoas precisam, e é isso que deve mover esta assembleia. Sobre as palavras do ministro, reforçou a utilização da expressão “pode”, logo, não há compromisso temporal para a compra das composições, não há compromisso temporal para a ligação, apenas há um “pode” ser inscrito em orçamento, concluindo não vai haver é nada, esta é a realidade, vaticinou.-----

- **Intervenção 24** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: Usou da palavra para registar que a objecção da parte da sua bancada à votação da moção da CDU tal como está, assenta num facto, é uma questão da verdade. Manifestou a sua concordância para aceitar que fique qualquer uma das expressões, o “desde já”, ou o “com a maior rapidez”, uma vez que ambas acabam por reflectir posições similares. Pedia então apenas que se equacionasse a possibilidade de ser retirada a expressão “confirmar o encerramento”, isto por uma questão de repor a verdade, porque segundo alegou não é conhecida nenhuma intenção de encerrar a linha. Não conhecem que haja essa intenção, se alguém tiver prova em contrário e aqui a apresentar, até estaremos disponíveis para repensar a nossa posição, afirmou. Terminou manifestando a opinião que seria conveniente a aprovação da moção por unanimidade, que considerou de extrema importância para o concelho de Cuba.-----

- **Intervenção 25** – Presidente da Câmara Municipal, **João Português**: Voltou a solicitar a palavra para fazer menção a um facto que não referiu na intervenção anterior e que se prende com a “posição SÓS” ou a “posição ACOMPANHADOS”. Referiu que vai haver, muito em breve, a primeira reunião dos novos órgãos da CIMBAL e a Câmara de Cuba irá solicitar que este assunto seja colocado na ordem de trabalhos. Mas alertou para o facto de, na eventualidade da CIMBAL não tomar uma posição a Câmara de Cuba não vai esperar pelos seus parceiros. Relembrou que o Município de Cuba já teve problemas na área da EDUCAÇÃO, e na altura os parceiros pouco se uniram pois pensaram mais nos seus interesses específicos e receia que isso volte a ocorrer. Deu conhecimento que o Município de Cuba já solicitou várias audiências com carácter de urgência aos órgãos de soberania competentes, Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Grupos Parlamentares e ao Governo, na pessoa do ministro que tutela esta pasta, bem como a órgãos da União Europeia, Comissão e Parlamento. Inclusive já recebemos algumas respostas sobre os agendamentos e iremos agir em defesa dos interesses das populações, argumentou. Conclui constatando que, por vezes, em determinados processos, “mais vale estar só que mal acompanhado”.-----

- **Intervenção 26** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: Requereu à Câmara, através da Mesa da Assembleia Municipal, atento o facto de que esta situação já se arrasta há algum tempo, dado que já vem desde o ano de 2010, se seria possível ser-lhe facultada toda a documentação que foi produzida na Câmara sobre esta matéria. Ficou registado o pedido.-----

- **Intervenção 27** – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Questionou a assembleia se havia intenção de mais algum deputado em usar da palavra, tendo registado que não. Deu a conhecer que, na sua opinião, não devem ser alteradas as moções, nem no seu sentido, nem o teor, da moção da CDU que era a que estava naquele momento em apreciação, não consta nada de ofensivo, antes pelo contrário. Registou o facto de se tratarem de moções, pelo que se houver concordância com as mesmas deve votar-se a favor, caso contrário não se vota nesse sentido. Após contagem, registou o facto de serem doze as palavras onde existe divergência, e por causa dessas doze palavras

estava a debater a moção há mais de uma hora. Terminou manifestando a intenção de colocar a moção a votação, propondo que se votasse o texto tal como está.-----



- **Intervenção 28** – deputado municipal do PS, **Carlos Almeida**: Ainda antes da votação, com a anuência do presidente, usou da palavra o deputado Carlos Almeida para afirmar que, de facto, eram poucas as palavras de divergência, que estavam de acordo em quase tudo, mas há da parte da bancada do PS uma intenção de repor a verdade. Justificou que não iriam insistir, que não iriam votar contra a moção, mas que em face da intransigência em mudar as doze palavras que o presidente referiu, deu a conhecer que a intenção de voto da bancada do Partido Socialista iria ser pela Abstenção.-----

Não se registando mais intervenções o Presidente da Assembleia Municipal **colocou a moção a votação**, tendo a mesma sido **aprovada por maioria**, com seis abstenções dos deputados do PS.-----

De seguida interveio a deputada municipal do PS, **Maria Joaquina Salgueiro**, para ler a moção apresentada por aquele grupo de deputados sobre a mesma temática, documento que desde já ficou apenso à ata em minuta e que agora aqui fica integralmente transcrita:-----

NOTA INTRODUTÓRIA:-----

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista na Assembleia Municipal de Cuba, no âmbito das suas competências legais, apresentam a proposta de deliberação em apreço, sob a forma de moção, cujo texto materializa uma das ações definidas pelo projeto político do Partido Socialista de Cuba, na defesa das acessibilidades como uma prioridade para potenciar o desenvolvimento do concelho, assumindo, assim, uma posição firme na defesa da ferrovia e na qualidade do serviço prestado.-----

Os deputados eleitos pelo Partido Socialista, atentos à natureza deste órgão representativo do Município de Cuba, o qual é dotado de poderes deliberativos que visam, acima de tudo, a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios da sua população, fazem votos que da presente sessão resultem propostas unas, objetivas, reais e convergentes, enaltecendo assim aquela que deve ser a sua competência primordial – a defesa do superior interesse do concelho de Cuba. Desde logo, o documento que aqui apresentamos, encontra-se aberto à discussão e recetivo a eventuais propostas de reformulação que resultem da sua apreciação e que sejam comumente aceites. Que o consenso impere - A bem do concelho de Cuba!-----

MOÇÃO-----

As acessibilidades assumem uma importância vital no processo de desenvolvimento dos territórios, uma vez que a mobilidade é fundamental para as economias e para as pessoas. É, assim, indiscutível a importância da ferrovia no desenvolvimento económico do nosso concelho e da região onde nos inserimos, assumindo-se como uma solução de transporte de importância crucial, ao assegurar a deslocação de pessoas e bens.-----

É inquestionável a importância que o serviço ferroviário assumiu desde a sua inauguração, a 15 de fevereiro de 1864, tanto para o concelho de Cuba, quanto para a generalidade do distrito de Beja.-----

Não podemos, contudo, ignorar as sucessivas políticas de desinvestimento na rede ferroviária tradicional, muito particularmente nos últimos 20 anos, que em muito têm prejudicado as populações que residem fora dos grandes centros urbanos da faixa litoral, como é o presente caso, e que conduziram à atual situação, materializada na prestação de um serviço ferroviário,



cuja qualidade se tem vindo a degradar, não respondendo amplamente, como se pretende, às necessidades da nossa população.-----

É, portanto, premente inverter esta situação que, como aliás se sabe, o Município de Cuba reivindica há vários anos, tendo assumido, desde logo, uma posição firme na defesa e na implementação de medidas, visando a requalificação da oferta ferroviária que serve o concelho e a região.-----

A Assembleia Municipal de Cuba, reunida em sessão extraordinária no dia 10 de novembro de 2017:-----

- 1 - Exige que o atual governo PS, apoiado pelo PCP, BE e PEV, aposte em recuperar o tempo perdido em vários setores, onde a mobilidade ferroviária se integra, e apresente, no âmbito da reprogramação do atual quadro comunitário Portugal 2020, propostas concretas, calendarizadas e orçamentadas, que visem assegurar a eletrificação da linha e o reforço das condições de conforto dos passageiros;-----
- 2 - Exige que a normalidade na ligação entre Beja-Casa Branca- Lisboa seja retomada urgentemente;-----
- 3 - Exige que a CIMBAL assuma, de forma concertada, a defesa da oferta ferroviária na região como um importante pilar para o desenvolvimento deste território, promovendo o esclarecimento cabal de todos os agentes de desenvolvimento e da população em geral;-----
- 4 - Exige que a CIMBAL solicite, com caráter de urgência, uma audiência ao Ministro do Planeamento e Infraestruturas, visando a assunção de compromissos concretos nesta matéria; 5 - Congratula-se com a decisão do governo PS, apoiado pelo PCP, BE e PEV, em inscrever no OE para 2018 verbas no valor de 60 milhões de euros, com vista à aquisição de material circulante, investimento confirmado pelo Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Pedro Marques, que permitirá melhorar as condições de transporte e de funcionamento da oferta ferroviária;-----
- 6 - Exige a aplicabilidade do previsto nos pontos 1 e 5 com a maior rapidez, a bem da defesa dos interesses do concelho de Cuba e da nossa região.-----

-----A presente moção deverá ser publicitada junto da comunicação social, dos diferentes órgãos de soberania, de todos os agentes de desenvolvimento e da população em geral.-----

Cuba, 10 de novembro de 2017.

Os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Cuba.

-----Terminada a leitura da moção, o Presidente da Assembleia Municipal cedeu a palavra aos deputados de ambas as bancadas para efeitos de apreciação e posterior votação do documento que havia sido apresentado.-----

-----Registaram-se dezasseis intervenções, identificando-se em baixo os seus autores, sendo que nenhum deles usou da prerrogativa de ditar para a ata, pelo que em sede de ata final a sua intervenção será transposta por excerto, na terceira pessoa, sob pena do texto final ficar deturpado em termos de adequado registo das frases no que concerne à articulação gramatical das mesmas, respeitando-se o sujeito, predicado e complemento direto. Na eventualidade de alguma dúvida sobre as referidas intervenções, existirá a possibilidade de

solicitar a transcrição integral excecional, recorrendo-se para o efeito ao registo áudio sendo neste caso da responsabilidade integral do interveniente a totalidade do teor das frases posteriormente transcritas.



- **Intervenção 1** – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: O presidente informou que o ponto estava aberto à discussão, pelo quem quisesse intervir deveria solicitá-lo à mesa. Constatando que ninguém tomava a iniciativa, entendeu dizer ele o seguinte: No ponto seis da vossa moção exigem a aplicabilidade do ponto cinco com a maior rapidez. Mas o ponto 5 é congratular-nos com a decisão do governo PS. Estes sessenta milhões enunciados, já aqui falados várias vezes, são os montantes para as oito composições a afetar às diversas linhas.

- **Intervenção 2** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: por falha técnica, eventualmente resultante de má colocação do microfone a presente intervenção não ficou audível inviabilizando assim a sua transcrição integral para a ata.

- **Intervenção 3** – deputada municipal da CDU, **Milene Cardoso**: registou que da leitura da moção constatou que quando referem que muito particularmente nos últimos vinte anos as sucessivas políticas têm desinvestido no Alentejo, importa clarificar, reforçou a deputada, que se esqueceram de mencionar Évora também como exceção a esse raciocínio de desinvestimento, tal como o litoral, uma vez que o distrito de Évora tem recebido imensas verbas do Estado, já Beja não.

- **Intervenção 4** – deputada municipal do PS, **Julieta Caniço**: Começou por registar que a deputada Milene Cardoso tinha razão quando invocou os investimentos canalizados para Évora. Argumentou que aquela cidade, aquele distrito, de facto, e felizmente para os seus residentes e para o Alentejo em geral, tem tido diversos investimentos e até se fala num Hospital Central. Reforçou que o desinvestimento foi no Alentejo e sobretudo no Baixo Alentejo, e isso só prova aquilo que vêm dizendo desde o início, os deputados da sua bancada o concelho de Cuba e o Baixo Alentejo. Por isso manifestou a expectativa de que com a sua contribuição, com a contribuição de todos ali presentes, que Cuba, Beja e o Baixo Alentejo também possam ter o desenvolvimento que é visível em Évora. Argumentou que esse desenvolvimento é possível, tal como o foi com a construção do Alqueva, projeto que também não era para existir, e que beneficiou toda uma região.

Abordou depois a questão dos sinónimos falados a propósito das moções, dando um exemplo ao Sr. Presidente da Câmara, estando a Escola Profissional degradada como é do conhecimento geral, não considera que lhe possa exigir “desde já” uma escola nova. Pode sim, exigir que este planifique uma requalificação da escola, tendo depois reforçado que se tratava de um exemplo e outros poderia enumerar.

Realçou que se deveria agir cientes da necessidade de justificarem os seus comportamentos para com a população não enganando ninguém, disse.

Alegou depois que por essa mesma razão o PS apresentou uma moção global, onde se pretende uma defesa dos interesses de Cuba, num contexto distrital, mas também num contexto regional e também num contexto de interioridade. Segundo afirmou, todos sabem que o interior aqui em debate está desertificado, subdesenvolvido, que tem imensos problemas, mas há que começar por algum lado, concluiu.

- **Intervenção 5** – deputado municipal do PS, **Luis Santa Rita**: Pediu para usar da palavra para referir que, há pouco quando foi dito que estávamos a defender os interesses de um partido

em detrimento do concelho de Cuba, isso não é verdade, e o parágrafo agora em análise comprova-o, pois nele estamos a assumir que nestes últimos vinte anos, onde houve também governos do PS, pelo menos dois, e também esses governos do PS, não obstante terem favorecido a rodovia e terem feito o aeroporto, também eles abandonaram a ferrovia e nós demonstramos a nossa discordância quanto a isso, pois estamos aqui na defesa dos interesses do concelho de Cuba. -----



- **Intervenção 6** – deputada municipal da CDU, **Francisca Bicho**: Pediu para intervir, situação que lhe foi autorizada pelo deputado – Hugo Dionísio, que interinamente presidia aos trabalhos uma vez que o Presidente teve que se ausentar momentaneamente, e ousou esta oportunidade para sugerir aos deputados da bancada do PS que no ponto cinco da moção em vez da forma do “congratula-se com o governo” fosse utilizada outra expressão que viesse a reflectir inequivocamente uma posição onde ficasse consagrado que, dos sessenta milhões de euros, deveria existir uma verba significativa para a melhoria da rede ferroviária do Baixo Alentejo, no caso concreto, Beja – Lisboa. -----

- **Intervenção 7** – deputado municipal da CDU, **José Roque**: Falou para registar que relativamente aos seis pontos da moção, que no fundo são as suas conclusões, um documento que deve ser de exigências e como tal reivindicativo, deixa de o ser e passa a ser concordante, tendo feito uso do adágio popular “dá-se uma no cravo e outra na ferradura”, para demonstrar que não se pode exigir num ponto e em seguida congratular-se sobre um a decisão. Aqui concorda com a deputada Francisca Bicho, pois também ele entende que ao colocar-se a expressão “congratula-se” retira-se grande força à moção. ----- Em seguida manifestou dúvidas sobre qual a posição que a CIMBAL vai assumir em todo este processo, pois existem concelhos que, compreensivelmente, pouco ou nada lhes diz o comboio, tendo citado o caso de Almodôvar por estar a algumas dezenas de quilómetros desse meio de transportes, tendo recordado que num passado recente e a propósito da questão do CANTE membros do PS e do PSD optaram pela abstenção. Sintetizou da seguinte forma e passo a citar: “Num documento que se quer exigente, a utilização da palavra congratula-se faz o mesmo perder a força”.-----

- **Intervenção 8** – deputado municipal do PS, **Carlos Almeida**: Referiu que concordava plenamente com o teor da intervenção da deputada Francisca Bicho, pois nesta questão da moção faltará aqui a expressão “uma verba significativa”, dado que se os sessenta milhões são para as três linhas, deve atender-se aos valores necessários para esta linha específica do Baixo Alentejo, pelo que manifestou a possibilidade de integrar na moção essa componente. No entanto, entendeu dar ênfase ao facto de que julga que se deve reconhecer, não devemos ser sempre ingratos, nem sempre reivindicativos, pois há que registar que houve aqui alguma abertura do governo ao colocar no projeto os sessenta milhões de euros. Dai defender o porquê de dizerem na moção que se congratulam com a colocação dos montantes em causa, que são migalhas e deviam ser mais, mas temos que reconhecer que houve esse esforço, pelo que tal expressão não retira força à moção no seu entendimento.----- Explicou depois ao deputado José Roque que não sabe o porquê da não aceitação por parte do membro do governo do convite para estar presente no programa de televisão realizado sobre o Alentejo, em que um dos temas foi a degradação da linha férrea do Baixo Alentejo. Referiu que há pouco o Presidente da Câmara havia dito que também não foi convidado, pelo que não tem elementos em seu poder para abordar a ausência do ministro do dito programa. Por fim pediu à mesa que fosse concedido à bancada do PS um período de cinco minutos para poderem reformular a parte da moção que aqui estava em causa.-----



Os trabalhos foram interrompidos pelo período de cinco minutos para que a bancada do PS pudesse reformular a sua moção em sintonia com o pedido que havia feito à mesa, sendo retomados findo esse tempo, com o presidente da Assembleia Municipal a conceder o uso da palavra à deputada Teresa Calado.

- **Intervenção 9** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: Começou por dizer que propunham aqui acolher as sugestões que lhe foram feitas. No entanto, entendiam manter, por considerarem importante, a parte da congratulação conforme argumentos anteriormente explanados pelo deputado Carlos Almeida, e assim sendo, propõe que o ponto cinco da moção passa a ter a seguinte redação: “Congratula-se com a decisão do governo PS, apoiado pelo PCP, pelo BE e pelo PEV, de inscrever no Orçamento de Estado para 2018 verbas no valor de sessenta milhões de euros, exigindo que parte significativa desse valor seja aplicado no troço Beja/Casa Branca, o que permitirá melhorar as condições de transporte e oferta ferroviária.

- **Intervenção 10** – deputada municipal da CDU, **Francisca Bicho**: Usou da palavra para dizer, e passo a transcrever na íntegra: “ *Não vos parece que a formulação da moção é desvirtuada com a expressão “congratula-se” no início* ” . Propôs depois que, se entendessem, poderiam colocar a expressão em causa no meio, pois parecia-lhe mais adequado. Nos minutos seguintes apoiou os redatores da alteração ao texto da moção no sentido de vir a merecer um consenso dos deputados.

- **Intervenção 11** – deputada municipal do PS, **Teresa Calado**: Usou da palavra para apresentar a moção a votar depois da troca de impressões que havia sido efetuada com a deputada Francisca Bicho.

O Presidente da Assembleia informou que os trabalhos iriam ser interrompidos por cerca de dois minutos para que a bancada da CDU pudesse analisar as alterações que haviam sido efetuadas na moção do PS. Mas ainda antes da interrupção concedeu o uso da palavra ao deputado José Roque, que já a havia solicitado, antes deste comunicado.

- **Intervenção 12** – deputado municipal da CDU, **José Roque**: Usou da palavra para dizer que, na sua opinião, devia ser retirada a palavra “congratula-se” pois fica um pouco sem sentido vir reivindicar algo e depois congratular-se a seguir. Nesse sentido não se justificava a marcação de uma assembleia extraordinária. Segundo a sua opinião, na versão que está será como dar o dito pelo não dito, razão pela qual não pode concordar.

- **Intervenção 13** – Presidente da Assembleia Municipal, deputado municipal da CDU, **João Palma**: Usou da palavra para justificar o seu sentido de voto, tendo alegado que, em relação à moção do PS, concorda com os dois primeiros pontos, com os outros não concorda por tudo aquilo que disse anteriormente, se o fizesse não estaria a ser coerente consigo próprio. Informou que não concorda com a “transferência” da questão para a CIMBAL, nem concorda com as congratulações que constam no texto, e também não concorda com a utilização da expressão o “governo PS, apoiado pelos seus parceiros, PCP/PEV e BE”. Assim sendo e como não concorda, irá fazer uma coisa que, segundo as suas palavras, “detesta”, que é abster-se. --



- **Intervenção 14** – deputada municipal da CDU, **Francisca Bicho**: Informou a Assembleia que também ela irá abster-se. Regista que deu uma sugestão, é verdade, mas tomou há pouco uma posição de voto sobre outra moção. Em relação à moção do PS acha que deveria ter havido uma posição mais forte em relação à eletrificação da linha.-----

- **Intervenção 15** – deputado municipal da CDU, **José Roque**: Informou que por aquilo que havia dito, votando uma primeira moção favoravelmente, se agora tivesse que votar esta favoravelmente pelo seu teor, seria um contra-senso. Por outro lado, entendeu que não se pode congratular, conforme é expresso na moção, por uma coisa com a qual não concorda. Por estes motivos informou que iria votar contra.-----

- **Intervenção 16** – deputado municipal do PS, **Carlos Almeida**: Pediu a palavra para afirmar que sendo assim, parece-lhe que não faz muito sentido estar a alterar a moção, pelo que mais vale voltar à versão inicial. De qualquer forma entendeu registar que houve um esforço da bancada do PS, foram aceites as sugestões que vieram da bancada do Partido Comunista e lamenta que esse esforço tenha sido em vão.-----

Não se registando mais intervenções o Presidente da Assembleia Municipal **colocou a moção a votação**, tendo a mesma sido **aprovada por reprovada**, com oito votos contra dos deputados da CDU, duas abstenções de deputados da CDU, e seis votos a favor dos deputados do PS.-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Em sintonia com o disposto no art.º 49.º n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, onde o legislador estipulou:-----

Artigo 49.º

Sessões e reuniões

1 - As sessões dos órgãos deliberativos das autarquias locais são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público.-----

...

Logo, constata-se que o legislador não determinou qualquer distinção entre as sessões ordinárias e as sessões extraordinárias no que concerne à legitimidade para existirem intervenções do público, razão pela qual o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao presentes no auditório, para, querendo, intervirem para abordar exclusivamente o ponto único da ordem de trabalhos.-----

Registou-se que usaram da palavra de sete munícipes em baixo melhor identificados, tendo as suas intervenções ficado registadas em áudio e serão as mesmas transcritas para a ata final mediante excerto das declarações ou interpelações efetuadas.-----

- **Intervenção 1 – Município Maria do Céu Fitas**: Fez uso da palavra, devidamente autorizada pelo presidente da assembleia, para informar que era utilizadora do comboio no sentido CUBA/BEJA e BEJA/CUBA, há mais de dezassete anos, e só quem o utiliza diariamente sabe os constrangimentos por que têm que passar constantemente, tendo relatado diversas situações de atraso, desconforto, cancelamento e supressão de horários. Por essa razão, enquanto



Baixo Alentejana, exige a eletrificação da linha e julga que isso deve ser uma exigência de todos. Abordou depois a discriminação que sentia na distribuição de fundos por parte dos diversos governos, entre o distrito de Évora e o distrito de Beja. Reforçou a expressão “exigir a eletrificação da linha”, no entanto apesar de se considerar uma optimista, receia muito quanto à concretização deste projeto, dizendo ter informação de fonte segura que daqui a cinco anos ainda os comboios por aqui não andarão a circular.-----

- Intervenção 2 – Múncipe Vera Lopes: Usou da palavra para dizer que também ela é assídua da CP tal como a múnicipe da intervenção anterior e provavelmente até tem mais atrasos a registar em resultado da ligação que faz Lisboa/Beja. Entendeu deixar um conjunto de questões e considerações que na sua opinião deviam ser levadas em linha de conta pelos deputados na gestão das suas moções, a saber:-----

- Eletrificação da linha não está prevista no projeto comunitário 2020, porquê?-----
- A CP, pelo que sabe, paga multas à União Europeia por utilizar máquinas a diesel, qual o valor dessas multas? Não daria esse montante para comprar as composições em causa, e até pagar pare da eletrificação da linha, questionou.-----
- Desde 2016 para 2017 houve um aumento dos passageiros, mesmo com a degradação da linha, os relatórios onde constam esses dados deveriam ser solicitados à CP para sustentar a coerência do que se está a reivindicar.-----
- Há confirmação da CP de que não vai encerrar a linha, mas isso só por si, não nos deve deixar tranquilos, pois a qualidade dos serviços prestados deixa muito a desejar.-----
- Os atrasos que têm surgido no último mês, onde houve segundo afirmou catorze utilizações de autocarros e táxis, fez perder passageiros. É essa a intenção da CP, questionou.-----

- Intervenção 3 – Múncipe João Maria Santos: Usou da palavra para dizer que gostaria de dividir a sua intervenção em duas partes. Uma primeira relacionada com aquilo que nos traz aqui hoje, receando que se esteja a caminhar para um precipício. Recordou que a história da diminuição dos utentes para depois encerrar a linha já ocorreu no Ramal de Moura e no Ramal da Funcheira e receia que o mesmo venha a acontecer a esta linha BEJA/CASA BRANCA. A segunda é uma vez que o público não pode influenciar o sentido das moções pois as mesmas já estão votadas e encerradas, gostaria de efetuar uma apreciação à forma como decorreram os trabalhos da Assembleia. Por parte do Presidente da Assembleia foi esclarecido ao múnicipe, fundamentadamente, que não é essa a finalidade da intervenção do público, o mesmo não está ali para avaliar os trabalhos da Assembleia. Neste contexto o múnicipe terminou mencionando que seria mais pertinente se tivesse sido tomada uma posição onde se conseguisse a unanimidade, tendo o Presidente da Assembleia explicado o porquê dos resultados obtidos frisando que em Democracia ninguém é obrigado a pensar como o outro, sendo isso salutar, e muitas outras oportunidades haverá para se procurar um consenso nesta matéria se ele se vier a demonstrar imprescindível.-----

- Intervenção 4 – Múncipe João Costa: Pedia para fazer uso da palavra iniciando com o argumento de que era filho de ferroviário, desde muito novo se habituou a ver passar os comboios e assim quer que continue. Referiu que não acredita que o material em questão das oito composições venha para o Alentejo, pelo que, desde já, devemos lutar pela eletrificação da linha ficou. Referiu depois que, na sua opinião, estamos nesta situação porque houve um partido que na Assembleia da República não quis esta eletrificação e por esse motivo não votou a favor da Resolução elaborada sobre este assunto, este partido foi o Partido Socialista, e mais afirmou, pedindo desculpas desde já antecipadas se o que for dizer não corresponder à verdade, mas segundo consta, o deputado desse partido eleito pelo distrito de Beja, nem

sequer participou nessa votação. Entendeu terminar dizendo que todos juntos vamos lá conseguir. -----



- **Intervenção 5 – Município Maria do Céu Cardoso Faias:** Interveio para dizer que ia ser parca em palavras, tendo dado a conhecer aos presentes que era professora de História, não sendo isso o mais relevante para o assunto, entende que enquanto professora de História tem que estar ligada mais a esta questão. Afirmou que, sinceramente, não gosta de política, mas gosta dos assuntos relacionados com a Cidadania, e este é sem dúvida um deles, razão pela qual gostava que estivessem mais pessoas presentes. Em seu entendimento Cuba deve GRITAR. Temos que ter uma Cuba moderna e se isso passa pelo comboio então devemos GRITAR que precisamos de comboios em condições, de uma ferrovia em condições. Não devemos querer coisas degradadas, devemos querer a eletrificação da linha. Alegou que não quer saber se há ou não dinheiro, se o há para os banqueiros e para os bancos, também tem que o haver para as necessidades das populações. Em sua opinião, a política degradou-se. A política tem que servir os cidadãos e não serem os políticos a servirem-se da política. Lembrou que foi estudante em Beja, e também ela usou e muito o comboio. Também corroborou a intervenção do município que interveio antes quando este afirmou que caminhamos para o encerramento da linha. Terminou afirmando que precisamos desesperadamente de modernidade em Cuba, e isso passa pelo Comboio, pelo Aeroporto e por outras coisas mais. -----

- **Intervenção 6 – Município Teresa Galó:** Interveio invocando a sua qualidade de filha de ferroviário, o que lhe permite ter um conjunto relevante de conhecimentos sobre esta matéria. Segundo mencionou, muito se tem falado da linha do Alentejo e dos seus problemas tendo justificado o porquê de, na sua opinião, os problemas não virem de agora, mas sim de há, pelo menos, trinta anos a esta parte. Lembrou que a estação de Cuba já teve por diversas vezes para ser encerrada e só não o foi porque era a única que dava lucro na linha entre Casa Branca e Beja. Explanou depois as razões pelas quais, na sua opinião, encerrou o Ramal de Moura, e receia que num futuro não muito longe a linha venha a ser encerrada porque não dá lucro à empresa, segundo a Administração da REFER já veio a público dizer. Enquanto município folga pela realização deste tipo de iniciativas e julga que os cidadãos, os municípios, devem associar-se à Assembleia nesta causa. Apelou à reflexão, e depois cada um decida como deve agir. -----

- **Intervenção 7 – Município Francisco Galinha:** Pediu a palavra porque queria dizer duas coisas. Aqui falou-se da reposição da verdade e de História, ora ele gosta de ambas, constatou. Relatou um episódio ocorrido no ano de 1997 quando teve que utilizar o comboio para ir a Évora à inspeção militar, utilizou o Ramal de Évora, era assim que se chamava na altura, Ramal de Évora, e lembrou como era incómoda a viagem por falta de condições da composição que servia o trajeto. Recordou que muitas vezes utilizou o comboio para Beja e os comboios estavam permanentemente cheios. Relembrou o então denominado “comboio azul” que à sexta-feira ligava Faro a Lisboa e recorda-se como ia sempre cheio. Falou depois do encerramento do Ramal de Estremoz, quando era primeiro-ministro José Sócrates, do Partido Socialista, e isto é verdade, isto é repor a verdade, argumentou. -----
Mencionou depois o movimento do grupo de cidadãos da zona de Évora que tentou repor a ligação de Évora a Lisboa, promovendo a requalificação da linha e da estação que estavam totalmente degradadas. Mencionou a eletrificação da linha de Évora, contra a qual não está, de modo algum, só não concorda que a mesma se faça à custa dos outros alentejanos. Referiu de seguida os motivos do encerramento da linha da Funcheira e os constrangimentos que

essa decisão acarreta para quem quer se deslocar de Cuba para o Algarve, tendo que ir ao Pinhal Novo para ali apanhar a linha Lisboa/Faro. Terminou afirmando que tudo isto é História e é Verdade.-----

Terminada a ordem de trabalhos, ouvido o público, e não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **deu por encerrados os trabalhos**, dos quais, para constar se **lavrou a presente ata**, que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Vitor Manuel Parreira Fialho, Jurista, Chefe da UAJDCS, secretário da sessão a título excecional por impedimento do trabalhador designado, que a redigi.-----

A Ata foi aprovada em minuta, por unanimidade, no final da sessão.-----

O Presidente:

João Duarte Oliveira Brito Palma

O Secretário:

Vitor Manuel Parreira Fialho.

